

Imagens do Poder: análise do Pelicano, a empresa régia de D. Leonor e D. João II (Portugal – Século XV)***Priscila Aquino Silva******Resumo:**

Animal que na lenda bica o próprio peito para alimentar e salvar seus filhotes famintos, a imagem do pelicano remete a uma metáfora de uso político profundo: a do Cristo redentor no momento crucial da salvação dos fiéis. Essa foi a empresa escolhida por D. João II (1481 a 1495) enquanto ainda era príncipe – sendo, portanto, uma auto-imagem – e se entendia a sua esposa, D. Leonor. A análise da empresa abre caminho para analisar a radical mudança no domínio da assistência que tem como palco Portugal. Ressalta-se que foi na época joanina que a caridade e o assistencialismo sofrem uma profunda remodelação expressa na construção do Hospital das Caldas da Rainha, iniciada por D. Leonor em 1485, e manifesta com toda sua força na construção do Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, sob orientação de D. João II e sob a mesma dinâmica das instituições das Misericórdias. Trata-se de um momento de ruptura com as práticas anteriores e que revela, já no século XV, o papel central que o Estado começa a desempenhar na esfera da assistência. É sobre essa ótica que D. João II e D. Leonor aliam sua ação assistencial à imagem heráldica do pelicano, que remete a um imaginário régio de salvação, proteção, justiça e messianismo.

PALAVRAS-CHAVES: Pelicano, Assistencialismo, Poder Régio**Abstract**

Animal it's a legend that pecks it's own chest to feed and rescue his starving young ones, pelican's image send a metaphor from a deep political custom: Redeemer, Jesus Christ at the crucial moment the faithful's salvation. It was the enterprise chosen by D. João II (1481-1495) while a prince – and so an auto-image – including his wife D. Leonor. The enterprise analysis opens a way to examine a radical change from the attendance's dominium whose stage is Portugal. Emphasizing, it was at the joanina's period that the charity and the assistancealism have an express deep modification in the Caldas da Rainha's Hospital started by D. Leonor in 1485 and evident with all its strength at the Todos os Santos Hospital's construction, in Lisbon, under D. João II's direct and the same dynamic from the Mercy's institutions. It's a rupture moment with

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

the preceding practicals and it reveals in XV century, the central States begins to play a part in the assistance's sphere. Regarding this optics that D. João II e D. Leonor gather assistencial action from the pelican's heraldic image, wich sends a royal salvation imaginary, protection, justice and messianism.

Key words: Pelican, Assistancealism, Royal power.

Paper

A proposta desse artigo é lançar as bases para o estudo da relação entre imaginário régio e a política assistencialista empreendida durante o reinado de D. João II (1481 a 1495) e de sua mulher D. Leonor. O tema da presente pesquisa nasceu dos questionamentos e problemas suscitados ao longo de dois anos de estudo para a conclusão da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada *“Entre Príncipe Perfeito e Rei Pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)”*, e orientada pela professora Vânia Leite Fróes.

Foi a partir do estudo preliminar da empresa/ divisa do pelicano durante a pesquisa para a dissertação que surgiu a motivação de trilhar um caminho rico e pouco explorado pela historiografia do período: a radical mudança no domínio da assistência que tem como palco Portugal. Ressalta-se que foi na época joanina que a caridade e o assistencialismo sofrem uma profunda remodelação expressa, principalmente, na construção do Hospital das Caldas da Rainha, iniciada por D. Leonor em 1485, e manifesta com toda sua força na construção do Hospital de Todos os Santos, de Lisboa, sob orientação de D. João II e sob a mesma dinâmica das instituições das Misericórdias. Trata-se de um momento de ruptura com as práticas anteriores e que revela, já no século XV, o papel central que o Estado começa a desempenhar na esfera da assistência. É sobre essa ótica que D. João II alia sua ação assistencial à imagem heráldica do pelicano, que remete a um imaginário régio de salvação, proteção, justiça e messianismo. A empresa é escolhida por D. João II enquanto ainda era príncipe – sendo, portanto, uma auto-imagem – e se entendia a sua esposa, D. Leonor.

Animal, que na lenda bica o próprio peito para alimentar e salvar seus filhotes famintos, a imagem do pelicano remete a uma metáfora de uso político profundo: a do Cristo redentor no momento crucial da salvação dos fiéis. Já o sentido de justiça é

diretamente associado a essa imagem, notadamente na divisa que rodeia a figura do pelicano: “*Por tua ley, e por tua grey*” (DE PINA, p. 64) Além disso, a figura do Pelicano está presente no imaginário bíblico, mais expressamente no Salmo “Tornei-me como o pelicano no ermo” (FOLIETO, 1932, p. 101), que confere a essa imagem um sentido de solidão. Os três sentidos acima – messias, justiça e solidão – se encontram na imagem do pelicano presente nos Bestiários Medievais, principalmente no Bestiário Português, mais especificamente no *O livro das Aves* (BANDEIRA, 1985). Tendo como base material a remodelação no âmbito assistencial empreendida no período joanino aventa-se a hipótese de que o rei reestrutura a função e a ação do Estado em seu aspecto assistencial, e associa essa mudança à figura do pelicano por sua rica dimensão simbólica.

Tem-se, portanto, como enfoque a época do reinado do rei D. João II e da rainha D. Leonor, momento marcado pela profunda mudança nas práticas assistenciais, que começam a se organizar em torno do Estado. Trata-se de estudar a época de consolidação de um novo modelo assistencial, onde o Estado começa a centralizar as ações de amparo aos pobres, doentes e marginais, a justiça e a própria espiritualidade. Foi, então, no reinado de D. João II que se assiste a institucionalização da política assistencialista e sua concentração nas mãos reais. Nesse sentido, a assistência, que nunca deixou de ser uma expressão do espírito de caridade, integra-se a uma nova dimensão, a do Estado, com uma perspectiva que vai muito além da motivação religiosa.¹ José Salgado evidencia que essa linha política, iniciada no reinado de D. João II e de D. Leonor, colocava Portugal na vanguarda do movimento espiritual que dava à Igreja, no mundo urbano, uma responsabilidade de presença atuante, que deriva da fé como fruto de caridade e amor ao próximo, porém, sem deixar de ter ao lado dessa missão espiritual, uma finalidade pública que lhe era superior. (SALGADO, 1996, p. 9)

Rei que recebeu a alcunha de *Príncipe Perfeito*, D. João II foi fundamental na história de Portugal seja por sua política ultramarina, seja por empreender a efetiva centralização política do País rumo à modernidade. Quanto ao contexto histórico da época é interessante notar que D. João II é um rei marcado por medidas centralizadoras que retiravam da nobreza os privilégios e prerrogativas que seu pai, D. Afonso V, havia-lhes conferido. Neste sentido, o projeto político de D. João II se identifica muito mais com o percorrido por seu tio-avô D. Pedro do que por seu próprio pai, D. Afonso V.

(SERRÃO,1993, p. 539) O fato é que a limitação dos poderes concelhios e senhoriais e a concentração do poder na monarquia efetivada por D. João II não se fez sem intrigas e artimanhas políticas no interior deste reino (MATTOSO, 1993, p. 287). O governo joanino é marcado, então, por um período de mortes prisões e fuga de nobres que discordavam de sua política. Outro ponto marcante da época foi o incentivo à expansão ultramarina – com navegadores importantes como Diogo Cão e Bartolomeu Dias. O reinado de D. João II se caracterizou, também, pela efetiva manutenção da paz com seu maior inimigo político: Castela. O importante Tratado de Tordesilhas (1494) foi assinado enquanto esse monarca governava e foi de vital importância para impedir uma guerra entre Castela e Portugal, conferindo a cada nação uma parte diferente na exploração deste mundo a ser descoberto.

A ação política do rei tem como contrapartida as ações da rainha D. Leonor, que viveu ao longo de cinco reinados – de D. Afonso V a D. João III – devotou sua vida às atividades e valores religiosos. A posição política de D. Leonor se revelou após a morte prematura do único filho do casal, D. Afonso. Contrária ao desejo de sucessão de D. João II, que pretendia D. Jorge, seu filho bastardo, como herdeiro. D. Leonor se colocava em defesa da sucessão de D. Manuel. Formou, junto com sua mãe, D. Beatriz, e sua cunhada, D. Isabel viúva do Duque de Bragança, morto pelo rei, as “mulheres do reino” (MENDONÇA, 2005. p. 307) que compunham a grande oposição ao projeto do monarca. Para além da oposição política é preciso notar que as “descobertas” da soberana, como adverte o especialista Ivo Carneiro de Sousa (SOUSA, 2002), longe da expansão ultramarina, passam pelo encontro com formas modernas de devoção, pela prática do mecenato cultural, religioso e litúrgico, pelo incentivo à produção literária e artística, tendo entre os seus protegidos Gil Vicente, dirigindo a reforma coletina da Ordem de Santa Clara, construindo hospitais e criando confrarias. A vida da rainha D. Leonor abre caminhos. para o estudo de um Portugal religioso, devoto, marcado pela tradição, povoado de santos, procissões, peregrinações, promessas e crenças. O historiador aventava, inclusive, a hipótese de ter sido D. Leonor a sugerir a adoção da imagem do pelicano como empresa ao futuro rei, que certamente se sentiu atraído por sua dimensão simbólica. Desta forma, é preciso ter em mente que o projeto de padronização hospitalar da assistência no Portugal Moderno tem como ponto de partida as atitudes de D. João II, mas têm um importante amálgama com a presença de D. Leonor.

Sousa destaca, ainda, que as poucas aparições públicas do casal régio revelam uma grande unidade devocional expressa por peregrinações, proteções e uma práxis religiosa com assumidos pontos de contato, principalmente no desenvolvimento de uma espiritualidade privada com ligações relevantes aos movimentos e aos protagonistas da Observância de S. Francisco em Portugal de finais de Quatrocentos.

É importante notar o pioneirismo de D. João II e de D Leonor ao abraçarem a questão assistencial. O assistencialismo não contou durante toda a Idade Média com uma estrutura centralizada que se encarregasse de gerir o apoio a doentes, pobres e desamparados. As iniciativas são quase sempre individuais, de pessoas que agem como “o pecador que busca a redenção”. (CARVALHO, 1989, p. 71) Segundo Fernando da Silva Correia (CORREIA, 1944) desde o século XII ao século XVI a assistência aos desamparados foi dirigida em suas diversas formas por religiosos. O autor nota que a primeira intervenção do *Príncipe Perfeito* em assuntos de assistência data de 1479 quando, ainda príncipe, pede ao Papa Sisto IV autorização para reunir num só, vários hospitais. Já como rei, renova o pedido ao Papa Inocêncio VIII em 1488. Deste modo conseguiu reunir em apenas um, o Hospital de Jesus Cristo, o mais importante de Santarém, 11 hospitais. Em 1492 assistiu pessoalmente ao início das obras do Hospital de Todos os Santos no qual reuniu 43 hospitais, quase todos os hospitais de Lisboa. Já em 1488 concede a pedido da Rainha D. Leonor privilégios múltiplos e importantes às pessoas que quisessem habitar o sítio, até então desamparado, onde se fundou em 1485 a vila das Caldas. Outro grande hospital foi o das Caldas da Rainha, em 1495, fundado pela rainha D. Leonor, considerado o mais antigo do gênero em todo o mundo. Também a D. Leonor se deve a criação de outra importante instituição de assistência: as Misericórdias, que surgiram inicialmente em 1498.

Nesse sentido o assistencialismo possui três importantes vertentes que se projetam na figura do pelicano: a proteção e o amparo aos pobres; a assistência espiritual – onde as idéias de caridade e salvação começam a passar pelo Estado –; e a questão da assistência judicial, que culmina com a imagem de um rei que possui a necessária virtude do perdão. Como nos adverte Luís Miguel Duarte o ideal do bom rei no mundo medieval pode ser sintetizado no fazer justiça, entendido em seu sentido lato “*rectum facere*, 'governar com prudência', mantendo cada um no seu estado, dando a cada um o seu.” (DUARTE, 1999. p. 88)

Trata-se, também, de enveredar pelos caminhos da religiosidade portuguesa verificando o uso simbólico de uma imagem que remete diretamente à mitologia cristã.

O messianismo político, que modela todo discurso político da dinastia de Avis tem, decerto, afinidades evidentes com a construção da imagem protetora e salvacionista do pelicano. E quando se fala em religiosidade em Portugal não se pode deixar de estudar a influência da Ordem dos Frades Menores que estabeleceu estreitas relações com o poder régio no País e que incorpora ao exercício do poder toda uma mundividência especial. Os franciscanos chegam a Portugal, na corte de Afonso II (1211-1223), enviados pelo seu próprio fundador, e foram acolhidos pela proteção importante de D. Urraca, rainha do reino. Margarida Ventura nota: “A partir dessa mesma data, é patente a estreita ligação entre os franciscanos e a nossa realeza”(VENTURA, 1997, p. 34). A confiança da realeza nessa Ordem Mendicante os fez pregadores e confessores régios, tendo muitos reis portugueses ingressado na Ordem Terceira de São Francisco.

Mas afinal, o que a relação com o franciscanismo agrega para a realeza portuguesa? Toda uma mundividência. Os laços que uniam Portugal e Franciscanos se estendem para uma ligação com o espírito e a missão da Ordem. Fala-se de uma cosmovisão, que a partir de 1240 se torna inseparável do pensamento Joaquimista. O pensamento do abade italiano Joaquim de Fiore (1132- 1202) influenciou fortemente os franciscanos, principalmente os Franciscanos Observantes². O abade divide a história em três estados: a Era do Pai (Antigo Testamento); a era do Filho (Novo Testamento); e a era do Espírito Santo (que ainda estaria por vir).(TÖPER, 2002. p. 357) Joaquim também relaciona a passagem do segundo ao terceiro Estado a violentas perseguições aos cristãos. E bebendo desse pensamento, os franciscanos tinham a plena convicção de que estavam destinados a desencadear o surgimento da era do Espírito Santo. O Estado ideal vindouro é assimilado ao milênio, prometido no apocalipse.

Trata-se de uma visão da história, de um sentido traçado para o mundo, que pela própria lógica das coisas seria conduzido à perfeição total e absoluta. Serão os franciscanos os veiculadores desse pensamento, e terão presença marcante desde os primeiros momentos da vida pública do Mestre de Avis. E dentro desse pensamento, toda a instabilidade política provocada pelo Grande Cisma do Ocidente foi interpretada como sinal do Anticristo. D. João I, o mestre de Avis, tinha ampla relação com os

² Os observantes, formados depois da reforma Observante, no interior da Ordem Franciscana, em 1352, concebiam o mundo de forma semelhante aos Franciscanos Espirituais, mas foram mais influenciados pelas expectativas joaquimitas. Maiores informações: VENTURA, Margarida Garcez. op. cit., p. 40; BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e súdito: representação social franciscana e poder monárquico em Portugal*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Franciscanos Observantes, incentivando fundações e reformas Observantes em detrimento das Claustrais (VENTURA, op.cit, p.41). Margarida Ventura explica que a adesão aos Franciscanos Observantes por D. João I significava, sobretudo, adesão à sua mundividência (idem. ibidem, p.41).

E é sob a égide do pensamento franciscano e do pensamento joaquimita que Fernão Lopes constrói o mito joanino, que identifica o Mestre de Avis com o Messias; Lisboa com Jerusalém; o Papa de Avinhão com o Anticristo; e todos aqueles que se posicionavam a favor dele como agentes do anticristo, inclusive os Castelhanos. A Revolução de Avis tem como marca a assimilação entre a causa de Roma e a causa de Portugal. (idem. ibidem, p. 80)É sob essa visão de mundo que se institui a Dinastia de Avis, extremamente marcada pelo messianismo político de influência franciscana.

É preciso notar que o uso da imagem messiânica e salvacionista do pelicano, que vincula o rei e rainha ao messias no momento da crucificação e da salvação dos fiéis, possui relação intrínseca com um discurso específico veiculado pela Dinastia de Avis - um *discurso do Paço*³ - que edifica para a realeza portuguesa um ideal sacralizador de rei e de reino. Ou seja, rei e realeza portuguesa assumem a partir de então um *status* diferenciado que sacraliza a imagem real e tece, através da narrativa dos cronistas, das cerimônias e rituais de poder, uma identidade nacional portuguesa.

Trata-se de constatar também a utilização material da figura do pelicano nas construções empreendidas pelos monarcas. Nesse sentido, destaca-se a presença da escultura do emblema de D. João II, o pelicano alimentando seus filhotes, na Igreja da Madre de Deus, em Lisboa, fundada por D. Leonor em 1509. A escultura do pelicano também está presente na Igreja de São Francisco, em Évora, na Capela de S. Lázaro, em Sintra, onde se vê não apenas o pelicano, mas o emblema de D. Leonor, o Camaroeiro. Adotado depois da morte do filho, o príncipe D. Afonso, o Camaroeiro representa a rede caridosa de um simples pescador da ribeira de Santarém que carregou o corpo do príncipe, após a queda do cavalo que o vitimou, até sua casa. O Camaroeiro

³ “Discurso do paço” é um enunciado discursivo, cujo principal lugar de produção é o paço régio. Refere-se a textos de diferentes gêneros, a festas, teatro e entradas régias que produzem e organizam uma representação do rei e do reino, como um lugar-tempo privilegiado, edênico e messiânico, cuja missão salvacionista imprime uma vocação para Portugal. Mais informações em: FRÓES, Vânia Leite. Teatro como Missão e Espaço de Encontro entre Culturas. Estudo comparativo entre teatro português e brasileiro do século XV-XVI. In: *Actas do Congresso Internacional de História - Missão Portuguesa e Encontro entre Culturas. V.III; Igreja, sociedade e Missionação*. Universidade Católica Portuguesa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Braga. Fundação Evangelização e Cultura, 1993. p. 189.

se transformou em grande símbolo das Misericórdias portuguesas até os dias de hoje. Nestor Fatia Vital destaca, ainda, que o pelicano constituiu a principal figuração do conto ou “dinheiro de conto” à época de D. João II. Trata-se de peças monetiformes normalmente de cobre que serviam para auxiliar, através do ábaco, na contagem do dinheiro e nas operações de cálculo. (VITAL, 2005. p. 354)

Presente no imaginário régio de D. João II e de D. Leonor – até que com a morte prematura do filho D. Afonso a rainha decide mudar sua empresa pelo Camaroeiro - a figura do pelicano é extremamente reveladora quando se percebe seus eixos principais de sentido - as idéias de proteção, salvação, messianismo e justiça. O desafio que pretendo trilhar na minha tese de doutorado é justamente esse: lançar mão da política assistencialista formulada à época joanina para verificar as ações régias que conferem legitimidade simbólica ao pelicano enquanto figura representativa de D. Leonor e de D. João II.

Bibliografia

BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro. *Vocabulário Heráldico*. Lisboa: Gabinete de Estudos Heraldicos e Genealógicos, 1985

BERRIEL, Marcelo Santiago. *Cristão e súdito: representação social franciscana e poder monárquico em Portugal*. Niterói, 2007. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CORREIA, Fernando da Silva. *Estudos sobre a História da Assistência. Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Instituto para Alta Cultura, 1944.

DE PINA, Rui, *Crônica de D. João II*. Coimbra: Atlântica, 1950.

FOLIETO, Hugo de; GONÇALVES, Maria Isabel Rebelo (trad.) *Livro das Aves*. Lisboa: Edições Colibri, 1932

MATTOSO, José. *História de Portugal, Segundo Volume. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Editorial Estampa, 1993.

MENDONÇA, Manuela. O veneno que matou D. João II. *O tempo Histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento – Actas*. Lisboa: MMV, 2005.

SALGADO, Abílio José. SALGADO, Anastásia Mestrinho. (org). *Registro dos Reinados de D. João II e D. Manuel*. Lisboa, 1996.

SERRÃO, Joel. *Pequeno Dicionário de história de Portugal*. Porto: Figueirinhas. 1993.

SOUSA, Ivo Carneiro. *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

TÖPER, Bernhard. Escatologia e Milenarismo. In: LE GOFF, Jacques. SCHMITT, Jean Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial SP/EDUSC. 2002.

VENTURA, Margarida Garcez. *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas. (1383-1450)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

VITAL, Nestor Faria Política Monetária de D. João II. *O tempo Histórico de D. João II nos 550 anos do seu nascimento – Actas*. Lisboa: MMV, 2005.